

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO, nos termos da legislação em vigor, o **Processo Licitatório nº 012/2015**, na modalidade **Pregão Presencial nº 012/2015**, cujo objeto consiste na **Contratação de empresa gráfica para a impressão de Adesivos Institucionais para os veículos do Ministério Público de Pernambuco**, tendo como vencedor a Licitante **REPROCENTER LTDA - EPP** por ter apresentado o menor valor global de **R\$ 1.660,00 (mil seiscentos e sessenta reais)** atendendo o interesse do MPPE.

Recife, 17 de junho de 2015.

Aginaldo Fenelon de Barros
Promotor de Justiça
Secretário-Geral do MP

Comissão Permanente de Licitação-CPL/SRP

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação n.º 022/2015 da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do Processo Licitatório n.º 034/2015, com fundamento no Art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a Contratação da **Empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIAS S.A, CNPJ n.º 86.781.069/0001-15**, para aquisição de assinaturas dos periódicos: Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC, Web Licitações e Contratos, Orientação por escrito em Licitações e Contratos (Consultoria), Lei Anotada.com – Contratação Pública e via web para a Biblioteca desta Procuradoria Geral de Justiça, por um período de 12 (doze) meses, pelo valor total de **R\$ 8.307,72 (oito mil, trezentos e sete reais e setenta e dois centavos)**. **DETERMINO** que sejam adotados os procedimentos necessários à referida contratação.

Recife, 17 de junho de 2015.

AGINALDO FENELON DE BARROS
Secretário Geral do Ministério Público

Escola Superior do Ministério Público

AVISO Nº 012/2015-ESMP-PE

A diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco, Dra. Deluse Amaral Rolim Florentino, DIVULGA aos Promotores e Procuradores de Justiça que o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP realizará seleção, mediante prévia inscrição, entre interessados em participar do curso Luta contra a Corrupção, que será realizado na Universidade de “Tor Vergata”, em Roma, no período de 8 a 14 de novembro do corrente ano, com custos sob responsabilidade do participante.

Estão à disposição do CDEMP 10 vagas, que serão preenchidas mediante sorteio dos inscritos conforme ficha de inscrição – disponível em www.cdemp.com/noticias/ver_noticia.php?noticia=231&titulo=Curso%20Luta%20contra%20a%20Corrup%E7%E3o até o dia 01 de julho de 2015.

O curso será presencial com visitas institucionais, com carga horária de 25 horas-aula, e será ministrado na língua italiana, com tradução simultânea para o português durante as aulas, com o seguinte conteúdo programático: A nova legislação italiana para o combate a corrupção; Corrupção e crise econômica; A agência italiana contra a corrupção; Forma de combate a corrupção; Aspectos processuais e penais; O papel da polícia; As investigações.

Mais informações no edital divulgado na página *web* do CDEMP: http://www.cdemp.com/noticias/ver_noticia.php?noticia=231&titulo=Curso%20Luta%20contra%20a%20Corrup%E7%E3o

Recife, 17 de junho de 2015.

DELUSE AMARAL ROLIM FLORENTINO
Promotora de Justiça
Diretora da ESMP

Promotoria de Justiça

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da 8ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, combinados com os artigos 1º, inciso II e 8º, Parágrafo primeiro, da Lei Federal nº. 7.347/1985, Art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO o teor do Art. 22, Parágrafo único, da Resolução RES CSMP nº. 001/2012, e do Art. 2º, § 6º e 7º, da Resolução nº. 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e, de igual maneira, do Procedimento Preparatório;

CONSIDERANDO que, em conformidade com os dispositivos citados, o prazo para conclusão do Procedimento Preparatório é de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, e que na hipótese de vencimento do referido prazo deverá ser promovido o seu arquivamento, ajuizada a respectiva ação civil pública ou sua conversão em inquérito civil;

CONSIDERANDO a tramitação do **Procedimento Preparatório n.º 14008-4/8** no âmbito desta Promotoria de Justiça, instaurado

a partir de representação formulada pelo sr. **Luís Albérico de Barbosa Falcão**, noticiando possível inobservância do direito das pessoas com deficiência à acessibilidade comunicacional nos órgãos governamentais do Estado de Pernambuco, tendo por representada a Superintendência Estadual de Atendimento à Pessoa com Deficiência - SEAD.

CONSIDERANDO a audiência designada para o dia 18.08.15, às 14h, oportunidade em que representantes da SEAD, Secretaria Estadual de Educação/Gerência de Política de Educação Especial, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas Com Deficiência e Secretaria Estadual de Administração apresentarão soluções para continuidade do curso de Libras pelo Centro de Formação dos Servidores Público de Pernambuco - CEFOSPE;

CONSIDERANDO, por fim, a complexidade do objeto deste Procedimento, apontando, entre outras, a necessidade de discussão com entidades representativas do segmento das pessoas com deficiência, com

vistas a adoção de medidas para a garantia do direito à acessibilidade comunicacional;

RESOLVE converter o referido Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, determinado a adoção das seguintes providências:

remeta-se, em meio magnético, cópia desta Portaria ao CAOP de Defesa da Cidadania;

remeta-se, de igual maneira à Secretaria Geral do Ministério Público, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado;

dê-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria-Geral do Ministério Público do teor da presente Portaria;

proceda-se aos devidos registros no SGAA e nos arquivos desta Promotoria de Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 17 de junho de 2015

Maxwell Anderson de Lucena Vignoli
8º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL

PROMOÇÃO E DEFESA DO DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 055/2015 – 22ª PJDDC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, combinados com os artigos 1º, IV e 8º, § 1º, da Lei Federal nº. 7.347, de 14 de julho de 1985, art. 4º, IV, “a”, da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21, de 28 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO o teor da Resolução RES-CNMP nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco (art. 22, parágrafo único);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, que prevê: “*O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;*”

CONSIDERANDO o teor do art. 53, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), que assegura à criança e ao adolescente: “*V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.*”.

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente investigação para apurar notícia de fato relativa à falta de atendimento especializado para o estudante D.L.R.M., no âmbito da **Escola Municipal Chico Mendes**;

CONSIDERANDO que, não obstante os esclarecimentos prestados pela Secretaria Municipal de Educação (fis. 08/09), para o deslinde do caso em apreço, mister se perfaz a obtenção de esclarecimentos complementares acerca das necessidades específicas do estudante D.L.R.M. no contexto escolar;

CONSIDERANDO que, no que concerne à carência de profissionais de apoio aos estudantes da Educação Especial da Rede Municipal de Educação, sem atribuições pedagógicas, importa registrar nestes autos que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0024259-86.2015.8.17.0001, que tem por escopo compelir o Município do Recife a deflagrar concurso público para o cargo de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Educacional Especial (ADEE);

CONSIDERANDO, por fim, o término do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias de duração do procedimento preparatório em referência, em consonância com o que prescreve o art. 22, da RES-CSMP nº 01/2012;

RESOLVE, converter o Procedimento Preparatório nº 090/2014-22ª PJDDC em **Inquérito Civil nº 090/2014-22ª PJDDC**, visando a melhor apurar os fatos noticiados, com a adoção, ao final, se for o caso, de medidas de ordem judicial ou extrajudicial, devendo a Secretaria desta Promotoria de Justiça realizar as seguintes providências: inserir as devidas anotações no Sistema de Gestão de Autos *Arquimedes* e na Planilha de Registro de Procedimentos;

comunicar ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público a instauração deste inquérito civil, bem como enviar a presente Portaria, em meio eletrônico, à Secretaria Geral do Ministério Público, para publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 3º, §2º, da RES-CSMP nº 001/2012;

cientificar a representante e a Central de Denúncias do MPPE acerca da instauração da presente investigação, bem como do ajuizamento da supracitada Ação Civil Pública nº 0024259-86.2015.8.17.0001 (*Arquimedes* nº 2015/19278269);

notificar o gestor (a) da **Escola Municipal Chico Mendes** a comparecer à audiência a ser realizada na sede desta Promotoria de Justiça, em data a ser designada, fazendo-se acompanhar do (a) coordenador (a) pedagógico (a) e do (a) professor (a) do atendimento educacional especializado, se houver, para tratar do caso do estudante D.L.R.M. (encaminhar, em anexo, cópia da notícia de fato), convocando, outrossim, a representante a participar do ato; e ultimadas as diligências determinadas nos itens anteriores, mantenham os autos sobrestados em secretaria até a data designada para a audiência.

Recife, 12 de junho de 2015.

Eleonora Marise Silva Rodrigues
Promotora de Justiça
em exercício cumulativo.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA MARCA DE PAULISTA/PE 3ª PJDC – CURADORIA DA SAÚDE

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA SAÚDE

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, titular da 3ª PJDC de Paulista, no uso das atribuições outorgadas pelos art. 127, caput, e art. 129, inciso III, da Constituição Federal, arts. 1º e 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - LONMP), arts. 1º e 4º, inciso IV, alínea “a”, da Lei Complementar nº 12/94 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), e ainda a teor do disposto no art. 201 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), no artigo 2º da Lei 8.080/1990 e demais disposições atinentes à espécie:

CONSIDERANDO que a Constituição da República estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento, do qual derivam os direitos humanos, dentre os quais se destacam o direito à saúde e o direito à não violência;

CONSIDERANDO que a Organização das Nações Unidas estabeleceu os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dentre os quais se destacam: 3. Igualdade entre sexos e empoderamento da mulher; 4. Redução da mortalidade infantil; 5. Melhoria da saúde das gestantes;

CONSIDERANDO que o direito à saúde, regulado pela Lei 8.080/1990, alcança os direitos reprodutivos das mulheres e os direitos das crianças, abrangendo o direito de acesso a técnicas e serviços de saúde que proporcionem atendimento digno e seguro, durante a gravidez e o nascimento, ao binômio mãe-bebê;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde, através do Documento “Maternidade Segura – Assistência ao Parto Normal - Um Guia Prático”, publicado em 1996, atentou para a necessidade de estabelecer normas de boas práticas para a assistência ao parto, evitando-se intervenções desnecessárias que comprovadamente colocam em risco a vida da mulher e da criança;

CONSIDERANDO que o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento foi instituído pelo Ministério da Saúde através da Portaria/GM nº 569, de 1/6/2000, subsidiado nas análises das necessidades de atenção específica à gestante, ao recém-nascido e à mãe no período pós-parto, visando a assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania;

CONSIDERANDO que tal Programa fundamenta-se no preceito de que a humanização da Assistência Obstétrica e Neonatal é condição primeira para o adequado acompanhamento do parto e do puerpério, compreendendo dois aspectos fundamentais:

o dever das unidades de saúde de receber com dignidade a mulher, seus familiares e o recém nascido, o que requer atitude ética e solidária por parte dos profissionais de saúde, e a organização da instituição de modo a criar um ambiente acolhedor e a instituir rotinas hospitalares que rompam com o tradicional isolamento imposto à mulher;

a adoção de medidas e procedimentos sabidamente benéficos para o acompanhamento do parto e do nascimento, evitando práticas intervencionistas desnecessárias, que embora tradicionalmente realizadas não beneficiam a mulher nem o recém nascido, e que com frequência acarretam maiores riscos para ambos;

CONSIDERANDO que a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 36/2008, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao fundamento de que “parto e nascimento são acontecimentos de cunho familiar, social, cultural e preponderantemente fisiológico”, regulamentou o funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal, aplicando-se aos serviços de saúde no país que exercem atividades de atenção obstétrica e neonatal, sejam públicos, privados, civis ou militares, funcionando como serviço de saúde independente ou inserido em hospital geral, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa;

CONSIDERANDO que tal Resolução definiu como humanização da atenção à saúde a “valorização da dimensão subjetiva e social, em todas as práticas de atenção e de gestão da saúde, fortalecendo o compromisso com os direitos do cidadão, destacando-se o respeito às questões de gênero, etnia, raça, orientação sexual e às populações específicas, garantindo o acesso dos usuários às informações sobre saúde, inclusive sobre os profissionais que cuidam de sua saúde, respeitando o direito a acompanhamento de pessoas de sua rede social (de livre escolha), e a valorização do trabalho e dos trabalhadores”;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90, definiu em seus artigos 7º e 8º que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, assegurando à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal, cabendo ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem, bem como proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal;

CONSIDERANDO que o referido Estatuto, no artigo 10, determina que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe;

CONSIDERANDO que a Lei 8.080/1990, com redação dada pela Lei 11.108/2005 e pela Lei 12.895/2013, estabelece que os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, o qual será indicado pela parturiente, ficando os hospitais de todo o País obrigados a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente ao acompanhante;

CONSIDERANDO que a Portaria 371/2014, do Ministério da Saúde, recomenda que se deve: assegurar ao recém-nascido o contato pele a pele imediato e contínuo com a mãe, colocando-o sobre o abdômen ou tórax da mãe de acordo com sua vontade, de bruços e cobri-lo com uma coberta seca e aquecida; proceder ao clameamento (corte) do cordão umbilical apenas após par de pulsar (aproximadamente de 1 a 3 minutos), exceto em casos de mães isoinmunizadas ou HIV ou HTLV positivas; estimular o aleitamento materno na primeira hora de vida, exceto em casos de mães HIV ou HTLV positivas; postergar os procedimentos de rotina do recém-nascido nessa primeira hora de vida (exame físico, pesagem e outras medidas antropométricas, profilaxia da oftalmia neonatal e vacinação, entre outros procedimentos);

CONSIDERANDO que a RDC-ANVISA 36/2008, de 04 de junho de 2008, estabeleceu que todos os serviços em funcionamento teriam o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adequação integral ao quanto ali preconizado;

CONSIDERANDO que a referida Resolução estabelece, em seu artigo 5º, que o descumprimento das determinações ali contidas constitui infração de natureza sanitária, sujeitando o infrator a processo e penalidades previstos na Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis;

CONSIDERANDO que o atendimento ao parto normal no Brasil vem sendo realizado sem a devida observância aos preceitos de autonomia, respeito e cuidado à mulher parturiente, o que tem levado, dentre outros fatores, ao crescimento da taxa de nascimentos cirúrgicos;

CONSIDERANDO que em pesquisa de opinião pública intitulada “*Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*”, realizada em agosto de 2010 pela Fundação Perseu Abramo, 25% (vinte e cinco por cento) das mulheres que tiveram parto normal relataram haver sofrido algum tipo de violência no atendimento ao parto por parte dos profissionais que prestaram tal assistência, consistente em ofensas verbais, negligência no atendimento, não oferecimento de qualquer tipo de alívio para a dor, intervenções dolorosas, adoção de procedimentos sem a devida informação à parturiente, dentre outros;

CONSIDERANDO que constitui violência de gênero e quebra de ética profissional a adoção de condutas humilhantes ou negligentes no exercício do serviço de atenção à mulher no pré-parto, parto e puerpério, passíveis de responsabilização administrativa, civil e penal;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecer a população quanto ao direito a tratamento digno, a fim de coibir tais práticas abusivas;

CONSIDERANDO que a Portaria 1.459/2011, do Ministério da Saúde, instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha, definida como uma rede de cuidados que visa a assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis, como forma de cumprir o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, bem como o compromisso internacional assumido pelo Brasil de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

RESOLVE RECOMENDAR:

Aos serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal existentes neste Município:

que respeitem e cumpram a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 36/2008, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, especificamente, a fim de:

- 1.2 permitir a presença de acompanhante de livre escolha da mulher no acolhimento, trabalho de parto, parto e pós-parto imediato;
- 1.2 promover ambiência acolhedora e ações de humanização da atenção à saúde;
- 1.3 estabelecer protocolos, normas e rotinas técnicas em conformidade com a legislação vigente e com evidências científicas;
- 1.4 garantir a adoção de alojamento conjunto desde o nascimento;
- 1.5 Na recepção à mulher, garantir:
- 1.5.1 ambiente confortável para espera;
- 1.5.2 atendimento e orientação clara sobre sua condição e procedimentos a serem realizados;
- 1.5.3 avaliação inicial imediata da saúde materna e fetal, para definir atendimento prioritário;
- 1.6 Na assistência ao trabalho de parto:
- 1.6.1 garantir a privacidade da parturiente e seu acompanhante;
- 1.6.2 proporcionar condições que permitam a deambulação e movimentação ativa da mulher, desde que não existam impedimentos clínicos;
- 1.6.3 proporcionar acesso a métodos não farmacológicos e não invasivos de alívio à dor e de estímulo à evolução fisiológica do trabalho de parto;
- 1.6.4 possibilitar que os períodos clínicos do parto sejam assistidos no mesmo ambiente;
- 1.6.5 realizar ausculta fetal intermitente; controle dos sinais vitais da parturiente; avaliação da dinâmica uterina, da altura da apresentação, da variedade de posição, do estado das membranas, das características do líquido amniótico, da dilatação e do apagamento cervical, com registro dessa evolução em partograma;
- 1.6.6 garantir à mulher condições de escolha de diversas posições no trabalho de parto, desde que não existam impedimentos clínicos;